

META 20

FINANCIAMENTO

E INVESTIMENTO PÚBLICO

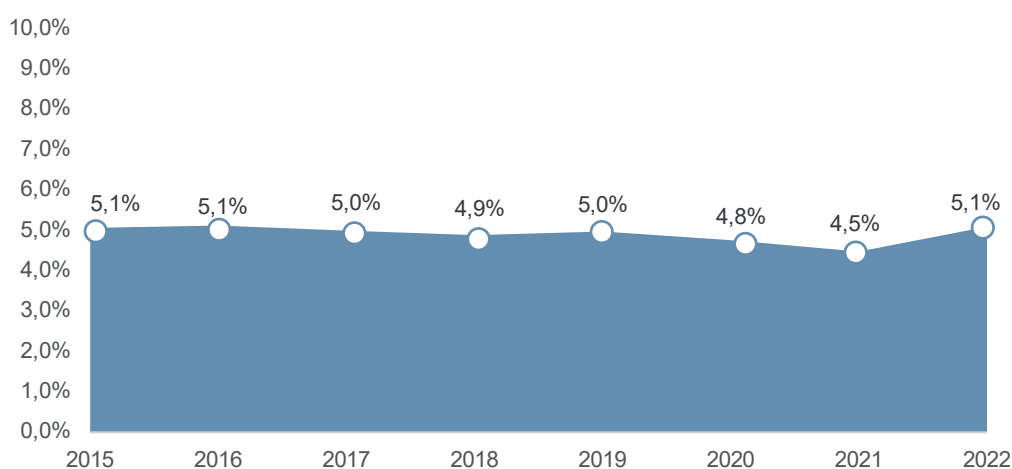
EM EDUCAÇÃO

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

INDICADOR 20A

Gastos públicos em educação pública em proporção do PIB no Brasil

Meta
10%



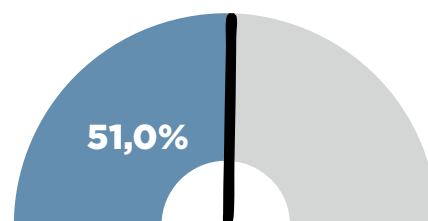
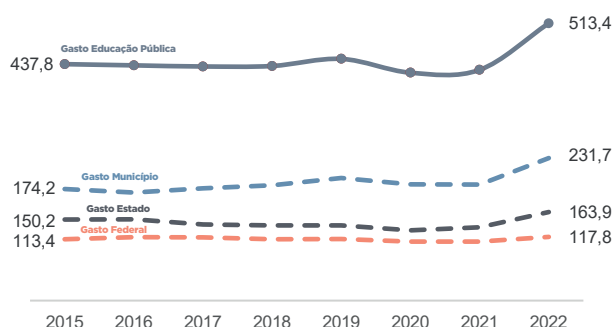
Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do SIAFI/Tesouro Gerencial (Brasil. STN, [s.d.]); Siope (Brasil. FNDE, [s.d.]); Brasil. Finbra (Brasil. STN, [s.d.]); Secretarias de Estado da Fazenda (2015-2022) de Alagoas, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Norte (2018 - 2020), Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (2019 - 2022) e Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (2018 - 2022).



O investimento público em educação pública tem apenas acompanhado a evolução do PIB brasileiro, apresentando estabilidade em torno de **5,0%**.

Gastos Públicos em Educação Pública (em R\$ bilhões)

Valores corrigidos a preços de 12/2022 pelo IPCA/IBGE



Alcance da meta - 2024

> Em 2020 e 2021, houve queda desse indicador para **4,8%** e **4,5%**, respectivamente. Mas, em 2022, houve uma recuperação, e o indicador voltou ao patamar de **5%** (**5,1%**).

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do SIAFI/Tesouro Gerencial (Brasil. STN, [s.d.]); Siope (Brasil. FNDE, [s.d.]); Brasil. Finbra (Brasil. STN, [s.d.]); Secretarias de Estado da Fazenda (2015-2022) de Alagoas, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Norte (2018 - 2020), Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (2019 - 2022) e Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (2018 - 2022).

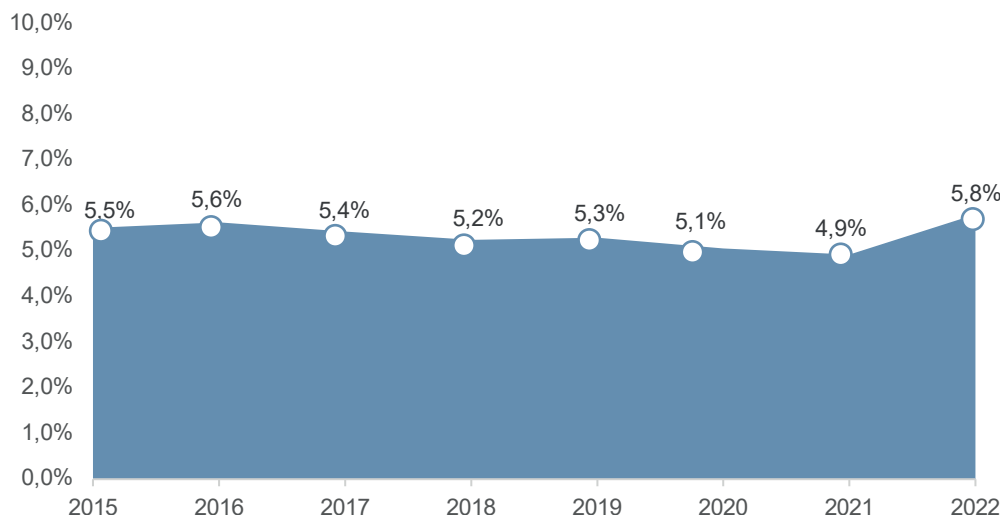
> Os governos municipais, que respondem pela maior parte das matrículas da educação básica, têm a maior participação nos investimentos educacionais, chegando, em 2022, a **45,1%**.

INDICADOR

20B

Gastos públicos em educação em proporção do PIB no Brasil

Meta
10%



Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do SIAFI/Tesouro Gerencial (Brasil. STN, [s.d.]). **Demais fontes no rodapé.

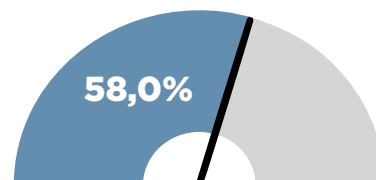
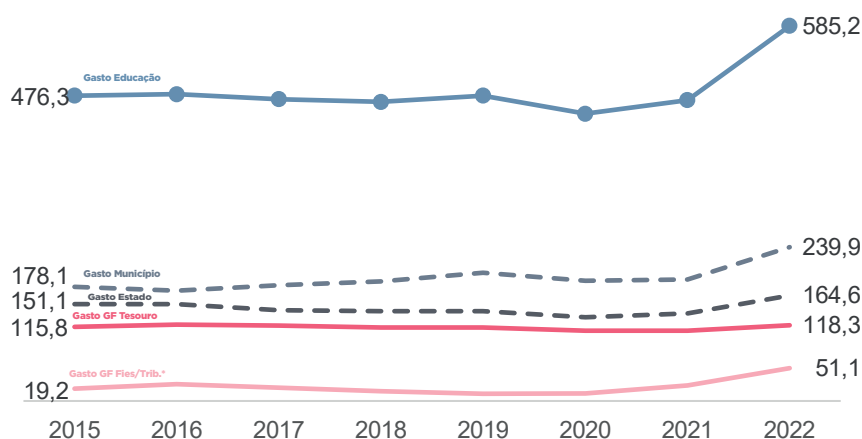


Entre 2015 e 2022, o indicador de Gasto Público em Educação também apenas acompanhou a evolução da economia brasileira, medida pelo PIB, mantendo-se próximo a **5,4%**.

Gastos Públicos em Educação (em R\$ bilhões)

Valores corrigidos a preços de 12/2022 pelo IPCA/IBGE - Brasil

2015-2022



Alcance da meta - 2024

> Os municípios também detêm a maior e crescente participação no gasto público educacional global.

- > Em 2020 e 2021, houve queda da participação do gasto em educação em relação ao PIB, **5,1%** e **4,9%**, respectivamente. Em 2022, contudo, a participação do gasto público em educação no PIB aumentou, chegando a **5,8%**. Esse aumento adveio do crescimento dos gastos educacionais dos municípios, dos estados e dos subsídios do Fies, que tiveram nesse ano, um aumento estimado em **0,25%** do PIB.

**Demonstrativo dos Gastos Tributários Bases Efetivas - 2021 - Série 2019 a 2024. (Brasil. RFB (2022); Orçamento de Subsídios da União, 7ª Edição (Brasil. MPO (2023); Relatórios de Acompanhamento da Gratuidade SENAI, SENAC, Sesi, SESC (2015 a 2022), Siopre (Brasil. FNDE, [s.d.]). Brasil. Finbra (Brasil. STN, [s.d.]); Secretarias de Estado da Fazenda (2015-2022) de Alagoas, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Norte (2018 - 2020), Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (2019 - 2022) e Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (2018 - 2022).

*Gasto_GF_Fies/Trib. Os gastos do Fies são os valores estimados com os subsídios desse programa, que representam a estimativa de gasto do governo em emprestar recursos com taxas de juros abaixo do que ele se financia. Os gastos tributários também são estimativas oficiais sobre as renúncias fiscais da educação incluídas na Lei do PNE (como o Prouni, por exemplo). Além das desagregações apresentadas, inclui-se ainda no 20B os gastos estimados do Sistema S com os programas de gratuidade, que se mantiveram estabilizados em torno de R\$ 10 bilhões de reais.